

Bresser critica acordo e prega congelamento com ajuste fiscal

SAZETÀ MERCANTIL

24 NOV 1988

por Lívia Ferrari
do Rio de Janeiro

O ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, fez ontem duras críticas ao acordo de renegociação da dívida externa brasileira conduzido pelo ministro Mailson da Nóbrega — “O acordo atual não resolve em nada o problema do País” — e considerou um “absurdo total” a conversão da dívida pelo valor de face, quando o título da dívida negociado no mercado secundário tem deságio de 60%. Para ele, o Brasil somente conseguirá equilíbrio econômico e financeiro por meio da adoção conjugada de três medidas “corajosas”: a volta à declaração de moratória unilateral de 50% do valor da dívida externa, congelamento de preços e ajustes fiscais austeros, capazes de zerar o déficit público. Esses ajustes incluem, segundo ele, aumentos de impostos, fim de subsídios e redução de despesas públicas.

MORATÓRIA

Em seu entender, a proposta de moratória unilateral de 50% da dívida externa nada tem de radical: “A Alemanha fez isso em 1953, seguida pela Inglaterra em 1956”, disse o ex-ministro, que participou, no Rio, do fórum nacional “Idéias para a Modernização do Brasil”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e coordenado pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso. A sugestão de Bresser Pereira nada tem de nova. Ele lembrou que em novembro do ano passado (quando ainda era ministro do atual governo) a medida contou com o apoio do presidente Sarney, mas não foi avante por “oposições frontais de Jorge Murad (secretário particular de Sarney), Saulo Ramos (consultor-geral da República) e Matias Machiline (empresário e amigo pessoal do presidente). Bresser Pereira atribui em parte as essas “pressões” o seu pedido de afastamento da equipe econômica governamental. “Eu saí (do governo) e eles (Murad,

Ramos e Machiline) ficaram”, constata ele, ao considerar que “dificilmente serão tomadas as medidas corajosas e necessárias para o reequilíbrio econômico.”

O ex-ministro da Fazenda, que se mostra favorável ao Pacto Social “à medida que serve para pressionar o governo a adotar providências para baixar a inflação” acredita, contudo, que acabará por prevalecer as políticas parciais de “meia-sola”, que compreendem ajustes fiscais mais brandos (“que não eliminam o déficit público”), congelamento de preços e não-declaração de moratória de 50% da dívida externa. “Isso levará a inflação a cair para menos de dois dígitos mensais, durante algum tempo, mas não resolverá o problema”, prevê ele.

PASTORE

Conforme apurou a editora Vera Saavedra Durão no mesmo seminário, o professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, não tem dúvidas de que a solução da dívida externa passa por um ajuste interno. Porém, avalia haver processos capazes de ajudar o País a reduzir seu débito atual de US\$ 105 bilhões, sendo US\$ 62 bilhões com bancos estrangeiros. Por ano, o País transfere ao exterior um volume de dólares correspondente a mais de 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB), que neste ano corresponde a quase US\$ 10 bilhões.

Pastore denominou de “sistemas de alívio” os esquemas de redução da dívida externa e fez uma explanação sobre eles. Pastore acha importante para um sistema interno arrumado da economia, reduzir essa participação.

Os processos de redução da dívida incluem, segundo o ex-ministro: um esquema de recompra, conversão da dívida externa em capital de risco, utilização de “exit bonds” e os esquemas de securitização da dívida externa.